



**Ata da 4ª Reunião do Conselho Consultivo Parque Nacional do Jamanxim em  
vinte três de outubro de 2019**

Aos vinte três dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, reuniram-se, em sala de eventos do Hotel Acácia na cidade de Itaituba/PA, os conselheiros do Parque Nacional do Jamanxim. Às 9h18, Livia deu início a reunião do conselho do Parque Nacional do Jamanxim. Neste momento, Livia apresentou os objetivos, programação e procedeu com a apresentação dos presentes e construção do acordo de convivência. Após isso, Livia realizou breve resgate da reunião anterior do conselho da UC, destacando a eleição da diretoria e o plano de ação do conselho. Na discussão, Livia enfatizou as pautas descritas no plano de ação. Em seguida, ela informa que o ICMBio convidou o MPF para estar na reunião, mas o MPF informou sobre a impossibilidade de participar da reunião por motivos de contingenciamento financeiro. Ela também apresentou a sugestão do conselho elencar uma comissão para iniciar as tratativas sobre a questão do TAC junto ao MPF em reunião em Santarém. Edilson questiona como ficaria a participação do conselho neste processo. Livia explica que é essencial que os atores diretamente envolvidos participem dessa primeira tratativa e ressalta que os conselheiros não precisam participar de todas as etapas do processo. Gelson fala que estava pensando em deixar o conselho consultivo do Parna do Jamanxim, ressaltando que o ICMBio teria lavrado um auto de infração fora de sua propriedade. Maressa fala que necessita verificar essa questão no processo administrativo do referido auto de infração. Ela explica que a lavratura do auto de infração gera a abertura de processo criminal na justiça. Gelson ressalta que ele não foi cientificado pelo ICMBio, tendo sido notificado somente pelo MPF. Ele registra que inclusive não foi dado direito à defesa na esfera administrativa. Rubens fala que há necessidade de buscar caminhos para lidar com a questão dos produtores rurais. Livia ressalta que todo processo administrativo é comunicado ao MPF. Maressa se comprometeu a verificar o processo e, caso não tem havido notificação, informa sobre a possibilidade de reabertura do prazo para apresentação de defesa. Ediléia questiona quantos dias seriam necessários para a discussão com o MPF e se neste momento seria construída uma proposta de TAC ou seria realizada somente uma reunião prévia. Gelson explica que a proposta de TAC dos produtores visa viabilizar a comercialização do gado até que a regularização fundiária seja realizada pelo ICMBio. Após isso, Livia questiona quais pessoas teriam interesse em participar dessa reunião com o MPF. Dentre as pessoas, Ediléia (ANM), Gelson e Marilu se dispuseram em participar deste grupo. Maressa explica que esta primeira reunião iniciaria essas discussões, apresentando o histórico do processo e está voltada pensar junto ao MPF qual seria o melhor instrumento para lidar com o conflito. Edilson questiona quantas pessoas poderiam participar dessas discussões. Maressa fala que o ideal seriam duas representações dos produtores e duas do ICMBio neste primeiro momento. Gelson também ressalta que esta problemática do gado abarca outras unidades de conservação. Livia ressalta que esta é uma pauta relacionada ao plano de ação. Edilson também se dispõe a participar desta primeira reunião com o MPF. Por fim, fica definido que Ediléia, Marilu, Gelson e Edilson participarão da agenda junto ao ICMBio e ao MPF. Em seguida, Livia dá início à apresentação sobre o plano de manejo do Parque Nacional do Jamanxim. Neste processo, foram apresentadas as seguintes questões: linha do tempo do processo de elaboração, consulta jurídica sobre a reserva garimpeira do Tapajós, consolidação da 2ª Versão do plano de manejo e apresentação para a COMAN, proposta de revisão do zoneamento, que ainda está sendo elaborada pelo servidor responsável pela parte de

48 geoprocessamento. Edílson questiona sobre a questão da mineração. Lívia ressalta que  
49 durante a oficina foi informado que a mineração não é permitida em parques nacionais.  
50 Além disso, explica sobre o posicionamento jurídico quanto à questão minerária na UC.  
51 Ela também ressalta que a legislação permite que os produtores rurais permaneçam no  
52 interior da UC até a regularização fundiária. Fabrício informa que os produtores tem  
53 recebido informe pra não fazer atividade nas suas áreas. Em resposta, Maressa fala sobre  
54 a possibilidade de emissão de autorização direta, ressaltando a importância de trazer  
55 documentação para abertura de processos de autorização direta e de regularização  
56 fundiária. Rubens fala sobre o receio que as pessoas tem de buscar a legalidade, sobretudo  
57 pelas atitudes repressivas dos órgãos. Maressa ressalta que enquanto o processo de  
58 regularização fundiária está em andamento, a pessoa poderá manter sua residência e  
59 atividades nas áreas de uso mediante autorização direta emitida pelo ICMBio. Gelson  
60 ressalta que o governo tem imposto uma série de regras, que dificultam a legalização  
61 pelos produtores; ele sugere que haja uma equipe do ICMBio destinada a percorrer as  
62 propriedades rurais para orientá-los sobre essas questões. Lívia pergunta qual a sugestão  
63 para lidar com esse conflito. Amaro ressalta que o ICMBio deveria convidar órgãos  
64 fiscalizadores, legalizadores e MPF para participar das reuniões de conselho. Fabrício  
65 fala sobre o custo do serviço para obter os dados para solicitar a autorização direta; ele  
66 sugere que uma equipe do ICMBio agende ida a comunidade para um mutirão de coleta  
67 dessas informações. Então, Lívia explica sobre a possibilidade do uso do Wikiloc para  
68 coleta desses dados. Marilu sugere preparar material gráfico de orientação sobre como  
69 solicitar a autorização direta. Em seguida, Lívia fala sobre as sugestões apresentadas pela  
70 COMAN após a apresentação do plano de manejo, indicando algumas sugestões de  
71 alteração nas significâncias, no zoneamento e em duas normas gerais. Maciel questiona  
72 se houve alguma exclusão nas significâncias. Lívia explica que a significância dos sítios  
73 arqueológicos do Parna do Jamanxim foi transformada em recurso e valor por solicitação  
74 da COMAN e diz que não houveram alterações na descrição dos recursos e valores. Em  
75 seguida, Lívia mostra o zoneamento e indica qual a proposta de alteração sugerida pela  
76 COMAN, que solicitou o ajuste das zonas de forma a respeitar limites naturais. Em se  
77 tratando das normas, Lívia informa que foram solicitadas pequenas alterações do texto  
78 para melhor adequação. Em subsídios para interpretação ambiental, Lívia ressalta  
79 sugestões de alteração quanto à história da BR-163 e a febre do ouro na região do Tapajós,  
80 assim como sobre as belezas cênicas. Rubens sugere a inclusão do seguinte trecho: “a  
81 reserva garimpeira recebeu garimpeiros desalojados da região da Serra Pelada” no texto  
82 sobre a febre do ouro. Após isso, Marilu sugere o envio da 3ª versão do plano de manejo  
83 por e-mail aos conselheiros do Parna do Jamanxim. Amaro fala sobre a proposta da  
84 FECOGAT quanto à mineração e questiona se é possível contestar o posicionamento do  
85 ICMBio juridicamente. Lívia ressalta que é possível apresentar contestação, desde que  
86 antes da aprovação do plano de manejo pela Procuradoria do ICMBio. Lívia ressalta que  
87 existem previsões legais que discriminam quais os usos permitidos em parques nacionais,  
88 que são regulamentadas pela lei do SNUC. Amaro ressalta a preocupação com produtores  
89 e garimpeiros que já se encontravam na localidade e, portanto, irá apresentar contestação  
90 sobre a questão da reserva garimpeira do Tapajós. Após isso, Lívia inicia a discussão  
91 sobre o plano de ação do conselho consultivo do Parna do Jamanxim. Rubens questiona  
92 se haverá um TAC com os pescadores. Lívia explica que os pescadores são considerados  
93 população tradicional em UC e, portanto, são atores passíveis de assinatura de Termo de  
94 Compromisso. Edílson questiona se o TC será assinado com a Colônia de Pesca ou com  
95 cada pescador individualmente. Lívia explica que geralmente o TC é assinado com cada  
96 pescador, a fim de resguardá-los caso algum dos pescadores descumpra os termos  
97 acordados. Ela explica que o objetivo do conselho é construir um plano de trabalho para

98 a elaboração do TC. Nazaré solicita que a EMATER seja incluída no processo de  
99 elaboração do TC. Após isso, Livia questiona se há alguma outra entidade que necessita  
100 participar desse processo e sugere a participação da SEDAP – Pará. Edílson sugere a  
101 participação da COOPAMCOL. Os conselheiros sugerem a participação da DITUR.  
102 Fabrício questiona qual a razão da pesca esportiva ser proibida no parque. Livia explica  
103 que o direito de pesca é assegurado àqueles cujo modo de vida tradicional inclui esta  
104 atividade e ressalta que a pesca permitida só seria permitida em unidades de uso  
105 sustentável. Após isso, Livia solicita a indicação de um representante para apoiar na  
106 coordenação deste processo de elaboração do TC. Raimundo sugere a colônia de pesca  
107 Z-74. Marilu diz que os representantes da colônia necessitariam analisar um modelo de  
108 TC para poder apresentar as propostas de regras. Livia explica sobre a necessidade de  
109 mapear a pesca nas comunidades antes de construir minuta do TC. Francislei fala sobre a  
110 realização de cadastro de pescadores com mapeamento de informações sobre a pesca  
111 desenvolvida na localidade. Fabrício ressalta a necessidade de avaliar o caso da  
112 comunidade São Francisco de Assis, pois a comunidade só pesca para consumo.  
113 Francislei fala que alguns pescadores do Aruri realizam venda do pescado. Livia  
114 questiona quais comunidades necessitam participar deste processo. Fabrício sugere Aruri,  
115 São Francisco de Assis e Três Boeiras e Moraes Almeida. Edílson sugere Santa Luzia,  
116 Vila Planalto, Caracol, Jamanxim, Trairão. Raimundo ressalta que a Colônia z-74 possui  
117 aproximadamente 170 pescadores cadastrados e a maioria deles pesca no parque e que  
118 seria melhor realizar as oficinas de elaboração do TC nas comunidades, sobretudo na  
119 comunidade do Aruri. Raimundo e Francislei sugerem que a primeira oficina seja  
120 realizada no dia 13 de fevereiro de 2020 por conta do período do defeso. Livia sugere que  
121 as informações sobre a pesca no parque sejam solicitadas aos pescadores antes da oficina,  
122 a fim de mapear quantitativo e espécies que são pescadas na UC. Foi ressaltado também  
123 a necessidade de indicar os métodos de pesca e realizar a espacialização das áreas de  
124 pesca. Amaro solicita que a FECOGAT seja inclusa na participação na oficina. Fabrício  
125 estima que tenha uma participação de aproximadamente 100 pessoas na oficina, que  
126 deverá ser iniciada às 8h da manhã. Livia pede o apoio da colônia de pesca Z-74 e das  
127 demais comunidades para à mobilização dos pescadores para participar da oficina e  
128 assume o compromisso do ICMBio enviar o convite até 30 dias antes da realização do  
129 evento. Nazaré sugere que seja levado um modelo de TC e Amaro sugere uma cartilha  
130 sobre TC para dar um rumo durante o trabalho. Maciel do IFPA se dispõe a contribuir  
131 com a construção do TC. Amaro sugere que seja demandado ao ICMBio-sede o apoio na  
132 execução do plano de manejo da UC e outras ações. Livia fala sobre essa possibilidade,  
133 mas destaca as restrições de quantitativo de pessoal na instituição e questiona quais pautas  
134 deveriam ser priorizadas. Fabrício considera que a pauta do TAC e do TC são essenciais.  
135 Ele também sugere que as fiscalizações dentro do Parna do Jamanxim sejam realizadas  
136 pela equipe local do ICMBio. Amaro registra a necessidade do ICMBio priorizar as ações  
137 de gestão socioambiental no Parna do Jamanxim. Com relação à pauta dos usos  
138 divergentes do Parna do Jamanxim, Fabrício sugere realização de oficina sobre as normas  
139 da zona de uso divergente na comunidade de São Francisco de Assis no dia 14 de fevereiro  
140 de 2020 junto aos moradores do Parna do Jamanxim. Dentre os materiais a serem  
141 utilizados, deve-se levar o plano de manejo da UC e o manual de regularização fundiária.  
142 Fabrício sugere que a primeira reunião com o MPF sobre o TAC seja realizada antes do  
143 dia 20 de dezembro de 2019 por contato do recesso, a fim de apresentar informes sobre  
144 essa pauta na oficina de fevereiro/2020. Edílson sugere que também seja apresentada  
145 informações sobre as autorizações diretas nesta mesma oficina. Gelson e Fabrício se  
146 responsabilizam por apoiar a mobilização dos moradores na comunidade São Francisco  
147 de Assis, Moraes Almeida e na vicinal Boa Esperança. Após isso, Livia passa à discussão

148 da eleição da diretoria do conselho do Parna do Jamanxim. Edilson se dispõe a assumir a  
 149 vice-presidência do conselho e os conselheiros manifestam-se de acordo. Com relação à  
 150 Secretaria Executiva, Amaro se dispõe a assumir a função de secretário e o conselho se  
 151 manifesta de acordo. Por fim, definiu-se que a próxima reunião do conselho será realizada  
 152 no dia 03 de abril de 2020 a partir das 09h em Moraes Almeida. Sugerem-se como pautas:  
 153 resultados das oficinas sobre TC e usos divergentes, apresentação do plano de manejo. A  
 154 reunião foi encerrada às 12h50. Por ser verdade, eu, Gleison Magalhães Freitas, secretário  
 155 "ad hoc", lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos presentes. Itaituba/PA,  
 156 vinte três de outubro de dois mil e dezenove.

**Assinatura de Presentes na Reunião do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Jamanxim em vinte três de dois mil e dezenove.**

Edilson - EMATER	
Compagny de S. Almeida INCRA	
Solhevo José Molichofski	
Maurício de M. Sobeto - Federação FECOGAT	
Antonio Francisco de Almeida Maciel - ITPA	
Rubens Rilio	AIMMM
Wesley Alves	AIMMA
Suzilza Alves de Avelar	VAI/ANM/PA
Rodrigo Costa	DITUR
Edilson e sua	COOPAT/CE
Edipeia Soares Pires	ANM/PA
Agnes Gibson Dill	ARRUJAM/SIFRUNT
Francisco Pires dos Santos/Colônia Z/74	
Raimundo Cláudio T. dos Santos Z/74	
Wilson Ino de Oliveira Guimarães	CPT
Amaro Sarmo da Rosa	FECOGAT
Gleison M. Freitas	ICMBio
Mareisa Girão do Amaral	ICMBio
Darlene Oliveira França	
Severo Barbet J. Welber	

